



**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Ciências Humanas (CECH)
Departamento de Psicologia
Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa**

**O ensino de Libras na formação de assistentes sociais de uma
instituição tradicional do estado de São Paulo: aspectos curriculares**

Discente: Jonas Angelim

São Carlos
2022

O ensino de Libras na formação de assistentes sociais de uma instituição tradicional do estado de São Paulo: aspectos curriculares

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS / Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para obtenção do título de Bacharel em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Janaina Cabello

São Carlos

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, que mesmo de forma distante me apoiou em minhas escolhas e acreditou que esses anos todos valeriam e que iria me proporcionar uma experiência única na vida. Em especial minha mãe Marta Cristina dos Santos, mulher guerreira desde que me conheço, em 2018 quando entrei no curso, foi a primeira pessoa que estava comigo junto da minha tia e mesmo de longe fez de tudo para me ajudar quando necessário. Ao meu pai Reginaldo de Souza Angelim, que também me ajudou muito nessa jornada, junto dos meus irmãos. Sou grato também aos meus amigos de alojamento, dedicando essa menção às pessoas do apartamento 63 da Moradia da UFSCar, os quais me receberam muito bem e que facilitaram minha vivência nesse ambiente distinto. Em especial ao Wesley Nascimento, que durante todos esses anos esteve comigo, me orientando em relação à universidade, me ajudando em momentos difíceis e sempre em parceria comigo, também agradeço ao Davson Soares, um excelente intérprete e ótimo amigo, que me ajudou em questões específicas do curso, e também sempre me incentivou a frequentar e ter mais contato com a comunidade surda e aos demais que vieram somando e fizeram parte de momentos especiais.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Janaina Cabello, que aceitou me orientar neste trabalho, e também, não me deixou abandonar o trabalho, uma professora com que tive uma parceria e experiência maravilhosa e que me auxiliou muito neste processo.

Reconheço também o grupo de professores do curso e os técnicos administrativos, que movimentam e fazem o curso andar, com muita responsabilidade e compromisso, visando sempre em proporcionar uma melhor formação para a nossa área.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à comunidade surda e ao povo surdo de São Carlos, os quais fizeram e sempre farão parte da minha formação e de muitos outros profissionais tradutores intérpretes. Com sua história, suas lutas por direitos de reconhecimento linguístico, acessibilidade, principalmente a aprovação de legislações, que reconhece a profissionalização do tradutor intérprete de Libras, e que no momento de formação o profissional tradutor intérprete precisa estar sempre em parceria com a comunidade surda e para a vida.

RESUMO

A partir de 2015, com a publicação da Lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - muito se discute sobre a pessoa surda no que diz respeito aos seus direitos linguísticos e suas dificuldades diárias para atendimento em inúmeros serviços, por conta de sua língua distinta (a Língua Brasileira de Sinais). Para além dessa problemática inicial, buscamos neste trabalho trazer essa discussão especificamente para o atendimento de pessoas surdas no campo do Serviço Social. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo verificar como um dos cursos mais tradicionais de Serviço Social do país, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), aborda os direitos das pessoas surdas em seu currículo de formação de assistentes sociais. O critério de escolha para a análise curricular deste curso se deve ao fato deste ser o curso pioneiro de formação de assistentes sociais no Brasil, ao mesmo tempo em que, na mesma instituição, é mantida uma das mais tradicionais instituições de atendimento de surdos de São Paulo, a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC). Assim, como questão disparadora, propomos: a tradição da DERDIC no atendimento de surdos e famílias influenciaria, de algum modo, a proposta curricular de formação de assistentes sociais dessa instituição? A partir de um levantamento bibliográfico/documental e por meio da análise curricular do curso de serviço social, observamos que a proposta curricular da instituição analisada não apresenta explicitamente disciplinas relacionadas à formação de assistentes sociais mais preparadas/os para atender as necessidades das pessoas surdas em suas especificidades linguísticas (principalmente), o que impacta, de modo mais amplo, em ações que promovam maior inclusão social deste público.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Pessoas Surdas; Serviço Social; Currículo em Serviço Social; DERDIC.

RESUMO EM LIBRAS

Link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PUKIJc6zJe0>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 A atuação do profissional do Serviço Social no Brasil: breve histórico	10
1.2 A DERDIC e o serviço da Escola de Educação Bilíngue para Surdos	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO	17
3. ANÁLISE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)	20
3.1 Apresentação geral do curso de Serviço Social	20
3.2 Disciplinas ofertadas e a relação com a acessibilidade	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

A comunidade surda vem desde a década de 1980 buscando seu espaço e o reconhecimento de seus direitos, principalmente linguísticos, na sociedade majoritariamente ouvinte e no bojo das discussões e luta pelo reconhecimento de direitos de grupos sociais minoritarizados (BRITO, 2016). Nos anos 2000, essa comunidade viu muitas de suas pautas se tornarem políticas públicas voltadas ao reconhecimento de sua língua e cultura, conforme apontam Campello e Rezende (2014). Durante esse tempo de luta, houve ganhos significativos para o movimento surdo, tendo como principal destaque o reconhecimento da Libras pela Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002). Em seu artigo 1º, o documento diz que “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002, s/p). No ano de 2005, o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), regulamenta a lei descrita acima e garante à pessoa surda direitos básicos dentro da sociedade.

A partir da consolidação da legislação como citada, é de se supor que o reconhecimento legal da língua de sinais no Brasil impactou diferentes esferas sociais, com grande destaque às esfera educacional (LACERDA, 2000; MARTINS, 2008; SANTOS, 2020, para citar alguns) e a da saúde (LESSA, ANDRADE, 2016; REZENDE, GUERRA CARVALHO, 2021, por exemplo), garantindo o acesso a serviços básicos aos surdos por meio da LIBRAS.

Nessa direção, como destacam Hora e Oliveira (2018, p. 8),

[...] observa-se que com a modernidade avanços significativos nas áreas educacional e de saúde permitiu a organização de comunidades surdas e, também, dos discursos e práticas de normalização com interesses econômicos e da biopolítica. Mas, somente a partir da segunda metade do Século XX que se evidenciam discussões jurídico-políticas a respeito dos direitos dos/as Surdos/as e, também, das pessoas com deficiência, inicialmente com forte paternalismo e visão biomédica, mas sendo permeado de disputas.

No cenário de lutas históricas pelo reconhecimento dos direitos das pessoas surdas (e também das pessoas com deficiência), é apenas no ano de 2006 que a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” é aprovada, sendo promulgada no Brasil através do Decreto nº 6.949, de 25/08/2009 (HORA; OLIVEIRA, 2018, p. 9). Nessa direção, conforme destacam Hora e Oliveira (2018), o cenário de lutas pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas surdas acaba por reverberar em “uma série de legislações em âmbitos federal, estadual e municipal [que] vão sendo aprovadas desde 1989 até culminar na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015)” (p. 10).

Segundo a LBI a acessibilidade é a condição para utilização - com segurança e autonomia - dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual. A mesma Lei define os tipos de barreiras que interferem na acessibilidade, por exemplo:

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; (Art. 3º).

Desse modo, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), intensificou a ampliação dos direitos sociais e linguísticos da população surda, dispondo em seu artigo 1º “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, s/p). Contudo, de acordo com o que assinalam Hora e Oliveira (2018), muitas vezes, a maior barreira para a acessibilidade de pessoas surdas ao procurar serviços públicos, é a atitudinal, pois se trata da reprodução de preconceitos, por meio de comportamentos e discursos.

Nesse sentido, pensando no trabalho do profissional do Serviço Social, a atuação do assistente social, é prevista na lei nº 8.662/93 no seu art. 4º das competências do Assistente Social, no inciso V diz sobre “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no

atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993, s/p). Levando em consideração que a pessoa surda é um usuário em potencial desses serviços e que tem seus direitos linguísticos assegurados por leis, este trabalho investigou como se dá a formação de profissionais do curso mais tradicional de serviço social no país para o acolhimento adequado de pessoas surdas usuárias dos inúmeros serviços de assistência social, considerando para tanto o mínimo de conhecimento a respeito da surdez e, mais especificamente, um conhecimento básico em LIBRAS. Partindo de um levantamento documental e da análise curricular do curso de serviço social da Pontifícia Universidade Católica do estado de São Paulo (PUC-SP), o trabalho buscou observar se o quadro curricular deste curso permite com os/as futuros/as assistentes sociais tenham uma formação na direção de realizar um bom atendimento e acolhimento do público surdo em suas necessidades no âmbito do serviço social.

Outra questão relevante para a escolha da análise deste curso específico de formação deve-se ao fato de, na mesma instituição estar vinculada a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC), um dos centros de atendimento às pessoas surdas também mais tradicionais da cidade de São Paulo, oferecendo, dentre outros serviços, atividades educacionais em sua Escola de Educação Bilíngue para Surdos. Desse modo, um dos objetivos do trabalho é também discutir se, de algum modo, a tradição da DEDIC no campo do atendimento para surdos poderia impactar ou influenciar uma formação de assistente sociais também mais comprometidos com o atendimento do público surdo, contemplando discussões a respeito da surdez, LIBRAS e dos direitos ao acesso aos serviços públicos pelas pessoas surdas.

1.1 A atuação do profissional do Serviço Social no Brasil: breve histórico

O Serviço Social, como profissão institucionalizada, configura-se no cenário mundial a partir da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, quando se caracteriza de forma mais evidente e abrangente a questão social, bem como formas de organização da classe trabalhadora, que contextualizam o surgimento de movimentos especialmente europeus de ação social, cuja finalidade era a difusão de ideias políticas

(OLIVEIRA; CHAVES, 2017). Ainda nesse cenário pós-guerra, conforme apontam Santos, Teles e Bezerra (2013, p. 152),

[...] o proletariado passa a incomodar o sossego do capitalista, na sua luta por melhores condições de vida, sendo necessária a intervenção do Estado para mediar esta situação, por meio da imposição de dispositivos legais, para regular a relação capital-trabalho. À medida que o capitalismo se aprofunda, fica mais latente, gritante, a questão social, a terrível condição de vida da classe trabalhadora, o que exige um posicionamento das classes dominantes, como a igreja Católica e o Estado.

Assim, de acordo com Oliveira e Chaves (2017), as ações do Serviço Social (assim como de outras profissões de natureza social) inicialmente eram organizadas “na perspectiva de ajudar e assistir o ‘necessitado’, o ‘deficiente’ e o ‘desajustado’ socialmente” (p. 145) . Nesse sentido, conforme afirma Lima (1983, p. 50), o objetivo implícito desses serviços era “controlar os conflitos ou minimizar as disfuncionalidades sociais de modo mais sistemático e racional”.

No cenário brasileiro, a primeira escola de Serviço Social foi fundada em 1932 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, sendo que em 1936 é vinculada à Ação Social, tendo suas ações baseadas nos princípios da Igreja Católica. Segundo Oliveira e Chaves (2017), neste momento, a perspectiva de ação para o Serviço Social é bem delimitada, restringindo-se

[...] ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. A pobreza é expressa estatisticamente, vista sem o estabelecimento de relação com a forma de organização social. Embora os assistentes sociais reconheçam que as leis de amparo social, existentes para proporcionar respostas à pobreza, fossem insuficientes, creditam à falta de educação ou a desvios morais da população a incapacidade de prover sua subsistência ou viver nas condições observadas (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Foi apenas na década de 1960 que o Serviço Social passou a questionar seus referenciais teóricos e sua forma de intervir. As contribuições do Movimento de Reconceituação para a profissão são inúmeras e ofereceram as bases para a construção do Projeto Ético-Político, hoje hegemônico na categoria (NALESSO; RIZZOTTI, 2018).

No ano de 2010 são aprovadas as alterações do Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei 8662/93, aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS (Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social). Em seu código de ética, inciso 6 (p. 23), diz “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

No que diz respeito aos deveres do/a assistente social em seu Código de Ética, o Art. 3º, da Lei 8.662/93 ordena:

- a- desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (BRASIL, 1993) .

O Código de Ética também dispõe sobre as relações com os/as usuários/as, título III, capítulo I, Art. 5º:

- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

No que diz respeito especificamente ao direito à assistência social, e em seu capítulo VII art. 39 diz:

Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social (BRASIL, 2015, s/p).

Em seu *site*¹ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é descrito como uma autarquia pública federal que tem como função orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). No ano de 2020, o CFESS elaborou o documento “Diretrizes para Normativa Sobre Acessibilidade”, que tem como finalidade a promoção e o aprimoramento da acessibilidade (LIBRAS, áudio, audiodescrição, inclusive de imagem) nos sites dos Conselhos e eventos. O documento, em seu item 2) “Diretrizes para elaboração de normativa sobre acessibilidade no Conjunto CFESS-CRESS”, expõe que:

2.1.1 – Política de Educação Permanente e Gestão do Trabalho – treinamentos e capacitações dirigidas a trabalhadores (as) dos conselhos, cujo conteúdo possibilite adquirir habilidades para lidar com a diversidade de situações colocadas pelas pessoas com deficiência que podem estar no público a ser atendido por esses (as) trabalhadores (as), mas também podem estar colocadas na própria relação de trabalho do conselho. Nesse sentido, sugerimos:

que a normativa indique que pelo menos um (a) dos (as) trabalhadores (as) da unidade e um (a) agente fiscal sejam capacitados (as) na língua brasileira de sinais, a fim de viabilizar o direito à comunicação de qualquer pessoa que precise deste recurso para ser atendida em suas necessidades (CFESS, 2020, p.7).

Sendo a normativa do ano de 2020, supõe-se que a pauta a respeito da acessibilidade com foco na atuação do assistente social seja ainda relativamente recente no país. O documento prevê em seu texto, objetivos a serem alcançados em um período de três anos (ou seja, prestes a se completar).

Dessa maneira, percebe-se que ao mesmo tempo em que muitos são os desafios que a comunidade surda enfrenta todos os dias, são poucos os relatos de trabalhos acadêmicos que discutam a formação de assistentes sociais para o atendimento desta parcela da população. Assim, este trabalho faz uma apresentação mais detalhada da proposta curricular do curso de Serviço Social da PUC-SP, buscando conhecer mais a fundo se em sua formação, os profissionais em formação têm algum contato durante algum momento do curso com questões relacionadas à LIBRAS ou mesmo aos aspectos da diferença linguística das pessoas surdas - o que,

¹ Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 2021.

do nosso ponto de vista, traria demandas para o currículo no sentido de fazê-lo abordar o atendimento acessível e de qualidade às pessoas surdas.

Um outro aspecto que foi levantado como critério para a escolha desta grade curricular de formação de assistentes sociais no país, para além da tradição do curso de Serviço Social ofertado pela PUC-SP (como salientado), também foi o fato da instituição ser mantenedora da DERDIC, que dentre outras atividades, desenvolve atividades educacionais em um projeto de Escola Bilíngue para Surdos também há bastante tempo - e, nessa direção, discutimos se poderia haver algum impacto desse trabalho sendo realizado de forma mais abrangente, de modo a promover a discussão sobre acessibilidade às pessoas surdas também para outras instâncias da universidade (como, por exemplo, a graduação em Serviço Social).

A seguir, faremos uma breve apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela DERDIC, para no próximo capítulo apresentarmos o percurso metodológico adotado para a execução do trabalho.

1.2 A DERDIC e o serviço da Escola de Educação Bilíngue par a Surdos

No ano de 1954 foi fundado o Instituto Educacional São Paulo (IESP), por famílias e amigos de crianças surdas, em 1962 o instituto tornou-se a primeira escola para surdos a oferecer curso ginásial no Brasil, após isso, no ano de 1969, o IESP foi doado à Fundação São Paulo e vinculado à PUC-SP.

Em seu *site*² a DERDIC descreve sobre seu trabalho e atendimento durante esses anos:

Por meio dos centros de formação e pesquisa da PUC-SP, o atendimento foi ampliado, passando a oferecer tratamento clínico a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Está criado o CERDIC – Centro de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação. Profissionais de renomada competência nas áreas de medicina, fonoaudiologia, psicologia, pedagogia e linguística foram chamados para compor a equipe do CERDIC. O trabalho realizado caracterizou-se como um atendimento multidisciplinar, algo bastante inovador para a época (DERDIC, 2022, s/p).

² Disponível em: https://www5.pucsp.br/derdic/int_derdic/historia.html. Acesso em: 24 de Julho.

Ainda em seu *site*, diz mais sobre sua trajetória:

Em 1972, já com o nome de Deric - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação, a organização assumiu um compromisso com a formação de profissionais e iniciou o desenvolvimento de atividades práticas supervisionadas voltadas ao curso de fonoaudiologia da PUC-SP. Dois anos depois, alunos de outros cursos da PUC-SP foram incorporados ao programa que, mais tarde, também abrangeu cursos de formação teórico-práticos, cursos de aprimoramento, visitas monitoradas, grupos de estudos e assessorias (DERDIC, 2022, s/p).

Ao longo dos anos a DERDIC firmou suas ações em três eixos - atendimento clínico, formação educacional e pesquisa - vindo a se tornar, centro de referência nos campos de atuação. Desde 2008, a DERDIC tornou-se uma Unidade Suplementar da PUC-SP, vinculada à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FaCHS, tendo uma administração própria e subordinada à Fundação São Paulo.

A Escola Bilíngue para Surdos da DERDIC é fundada em 1954, e tem suas ações direcionadas à educação, à acessibilidade e à qualificação profissional e empregabilidade de pessoas surdas. A Escola se descreve da seguinte forma:

[...] desenvolve suas atividades educacionais priorizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a modalidade escrita da Língua Portuguesa. A atuação dos profissionais é pautada no respeito à cultura da comunidade surda e na construção de espaços educativos em que aspectos específicos da surdez são trabalhados com os alunos e as suas famílias (DERDIC, 2022, s/p).

Os cursos realizados na Escola compõem o Programa de Ensino Básico regular e os Programas Educacionais Complementares, como demonstrado em seu *site*³:

- O Ensino Básico segue as diretrizes legais de organização curricular e atende as exigências dos órgãos competentes subordinados à Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. As atividades de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) atendem até 120 crianças e jovens surdos.
- Os Programas Educacionais Complementares dividem-se em 3 programas: Empregabilidade, Acessibilidade e Apoio à Ação Educativa. A Escola também contribui para a formação de educadores e para a realização de pesquisas e eventos científicos (DERDIC, 2022, s/p).

³ Disponível em:

https://www5.pucsp.br/derdic/int_atividades_institucionais/escola_bilingue_educacao_de_surdos.html

Acesso em: 24 de Julho.

Ainda em relação aos aspectos educacionais, o Programa de Apoio à Ação Educativa tem a finalidade de, oferecer assessoria para escolas, que contribuam para transformações necessárias no processo de inclusão, que permitam o surdo a conquista de cidadania; e cursos destinados a surdos, como educação infantil e ensino fundamental para crianças e adolescentes surdos, cursos de qualificação profissional para jovens, adultos e aprendizes surdos.

No que se refere aos aspectos de acessibilidade, a DERDIC oferece um Programa de Acessibilidade que tem como objetivo, a divulgação e ensino da LIBRAS; aporte na formação de usuários de LIBRAS; acessibilidade dos surdos e inclusão social e profissional; processos de treinamento e assessoria para empresas interessadas no uso da LIBRAS; sistematização de materiais apropriados que incentivem o uso de LIBRAS; e colaboração junto a comunidade surda e ouvinte voltadas para ações em prol de melhorias de vida e inclusão social para os surdos.

Por fim, indo mais ao encontro de aspectos relacionados à inclusão no mercado de trabalho e apoio à profissionalização (que diretamente se relacionam, também, à atuação de assistentes sociais quando nos voltamos ao campo proposto de ser discutido neste trabalho), a DERDIC oferece o Programa de Empregabilidade que objetiva, a inclusão profissional de surdos através da qualificação e inserção no mercado de trabalho; no cumprimento da Lei de Cotas - nas empresas, órgãos públicos, universidades e ONGs - buscando melhoria no desempenho e relações profissionais do surdo nesse ambiente, a diversidade institucional e responsabilidade social; e assessoria para empresas sobre a empregabilidade de surdos.

Após esta breve apresentação da DERDIC - em que percebe-se como um dos objetivos também a formação e capacitação profissional de pessoas surdas para o mercado de trabalho - o que seria bastante interessante de ser realizado em parceria com profissionais do serviço social - apresentaremos e discutiremos se em algum momento o curso de formação de assistentes sociais oferecido pela PUC-SP (mantenedora da DERDIC) contempla, de alguma forma, essas possibilidades de formação para atuação e atendimento das pessoas surdas em suas necessidades e especificidades linguísticas.

Para tanto, a seguir, descreveremos o percurso metodológico adotado para o levantamento da grade curricular do curso e apresentaremos as definições de pesquisa documental, conceito que norteou nossas análises.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico da pesquisa é compreendido por Minayo (2008), como a etapa que “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22). Desse modo, para atingir os objetivos estabelecidos para esse trabalho, esta pesquisa adotou um delineamento de levantamento documental, de caráter quantitativo e exploratório, em que os dados coletados posteriormente foram discutidos de forma analítica.

A análise documental definida por Gil (2017), como aquela que é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia, por valer-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. (GIL, 2017, p. 34).

Desse modo, a partir de uma apresentação descritiva de abordagem qualitativa, realizou-se a análise da grade curricular do curso de Serviço Social da PUC-SP. Em um primeiro momento, foi realizado o levantamento do currículo do curso de Serviço Social oferecido pela PUC-SP e posteriormente uma análise desse documento, com o objetivo de identificar os modos como esse currículo dialoga (ou poderia dialogar) com a formação de profissionais minimamente preparados(as) para atender as demandas das pessoas surdas (no que se refere, principalmente, à abordagem/ensino da língua brasileira de sinais em seu percurso de formação).

Para tanto, a matriz curricular foi obtida através do *site*⁴ da universidade, que é construído de forma bem intuitiva, apresentando de início, na parte superior, informações da graduação, sendo, cinco estrelas, grau bacharelado, modalidade

⁴ Disponível em: <https://www.pucsp.br/graduacao/servico-social>

presencial e valor da mensalidade. Seguido de uma breve apresentação do curso, atuação profissional, parcerias e estágios, e eventos do curso.

Consta no lado esquerdo do *site* um menu, onde é possível acessar informações mais específicas a respeito do curso, como informações gerais, estrutura curricular do curso, coordenação, contato e redes sociais. Na seção de estrutura curricular pode-se encontrar mais sobre a grade de horários, matriz curricular e corpo docente. O acesso ao conteúdo curricular foi feito de modo *online*.

FIGURA 1: *Printscreen* do site do curso de Serviço Social da PUC-SP



FONTE: *printscreen* elaborado pelo autor (2022).

A grade horária disponibilizada é referente ao campus Monte Alegre (Perdizes), e traz mais sobre o período, carga horária de cada disciplina, e as disciplinas e seus respectivos docentes. Essas informações estão sistematizadas de forma resumida no quadro abaixo:

FIGURA 2 - Grade horária do curso de Serviço Social (ano 2020)

Monte Alegre - Matutino		
Per.	Disciplina / Professor	CH
0	Núcleo temático - qualidade de vida e saúde Prof(a) Mestre Maria do Socorro Reis Cabral	72
0	Núcleo temático - questão urbana, cidade e meio ambiente Prof(a) Pós-Doutorado Elizabeth de Melo Rico	72
0	Núcleo temático - violência e justiça Prof(a) Doutor(a) Graziela Acquaviva	72
1	Fundamentos filosóficos para o serviço social i Prof(a) Mestre Olda Andreazza Morbin	72
1	Fundamentos histórico-teórico-metodológicos do serviço social i Prof(a) Doutor(a) Marli Pitarello	72
1	Introdução ao pensamento teológico Prof(a) Doutor(a) Fernando Altemeyer Junior	54
1	Oficina de formação profissional i Prof(a) Doutor(a) Laisa Regina Di Maio Campos Toledo	72

FONTE: *printscreen* elaborado pelo autor (2022).

A matriz curricular do curso, disponibilizada no *site* é referente ao ano de 2020, e assim como a grade do curso, é possível visualizar abaixo, de forma resumida e que irá ser discutida mais adiante

FIGURA 3: Matriz curricular do curso de Serviço Social (ano 2020)

Currículo - 2020			
Sem.	Disciplinas	CH	
1	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL I	72	
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	72	
	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TEOLÓGICO	54	
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL I	72	
	PSICOLOGIA SOCIAL	72	
	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA I	72	
2	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL II	72	
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	72	
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL II	72	
	TEOLOGIA EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE	54	

FONTE: *printscreen* elaborado pelos autores (2022)

Nosso foco, diante da matriz curricular do curso, foi buscar por conteúdos relacionados à LIBRAS, ao atendimento bilíngue de pessoas surdas no âmbito do serviço social, ou mesmo como a questão da acessibilidade é tratada pelo currículo de forma mais ampla. A fim de visibilizar esses aspectos, apresentaremos uma análise do currículo, e de suas disciplinas ofertadas (a partir da divulgação realizada pelo site da instituição, como citado), para realizar as discussões apresentadas no exercício analítico apresentado no capítulo seguinte.

3. ANÁLISE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

3.1 Apresentação geral do curso de Serviço Social

De acordo com Maciel (2018), a intervenção dos assistentes sociais frente à avaliação da pessoa com deficiência apresenta um ganho na execução de seu trabalho, identificado pelo modelo biopsicossocial (considerado um parâmetro de avaliação das pessoas com deficiência) e com o enfoque a análise ampla de fatores biológicos, psicológicos e sociais. Dessa forma, buscamos identificar nos objetivos do curso questões que podem/poderiam se relacionar com uma formação de assistentes sociais que possam atender e avaliar aspectos relacionados à inclusão/acessibilidade (principalmente das pessoas surdas, foco deste trabalho).

Assim, identificamos que o objetivo do curso (que é descrito no *site* de forma bem sucinta), é apresentado da seguinte forma:

[o curso pretende] formar profissionais com sólida fundamentação teórico-metodológica, capazes de, com base na teoria social crítica, apreender os processos sociais, compreender a profissão nos quadros do capitalismo brasileiro e *construir respostas e alternativas de intervenção, ancoradas na análise das diferentes expressões da questão social e nas demandas do mercado de trabalho, garantindo e ampliando os direitos sociais da população usuária de bens e serviços* (grifos nossos).

Na citação anterior destacamos aspectos que compreendemos que poderiam se relacionar com as demandas de formação para o atendimento de pessoas com deficiência, uma vez que essas podem ser compreendidas como uma das “diferentes expressões da questão social”, como citado. Desse modo, nos debruçamos em seguida às disciplinas ofertadas pelo curso de Serviço Social da PUC São Paulo para verificar se, em seu currículo, haveria alguma indicação mais explícita de um trabalho de formação no tocante à inclusão, acessibilidade, aspectos relacionados à surdez ou ao ensino de LIBRAS aos assistentes sociais.

3.2 Disciplinas ofertadas e a relação com a acessibilidade

O quadro das disciplinas e carga horária de cada uma, bem como o semestre no qual cada conteúdo disciplinar é ofertado é apresentado no site do curso conforme a tabela abaixo:

FIGURA 3: Quadro com as disciplinas ofertadas e sua respectiva carga horária em cada um dos semestres de formação (ano 2020).

Sem.	Disciplinas	Carga horária (horas)
1	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL I	72
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	72
	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO TEOLÓGICO	54
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL I	72
	PSICOLOGIA SOCIAL	72
2	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA I	72
	FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA O SERVIÇO SOCIAL II	72
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	72
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL II	72
	TEOLOGIA EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE	54
3	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA II	72
	FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III	72
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL III	72
	POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL I	72
	TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL	72
4	ÉTICA PROFISSIONAL	72
	FUNDAMENTO HISTÓRICO-TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL IV	72
	FUNDAMENTOS DA POLÍTICA	72
	OFICINA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL IV	72
	POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL II	72

5	INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	72
	NÚCLEOS TEMÁTICOS I	72
	OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL I	72
	QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL	72
	SUPERVISÃO ACADÊMICA I	72
6	GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	72
	NÚCLEOS TEMÁTICOS II	72
	OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL II	72
	SEMINÁRIOS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	72
	SUPERVISÃO ACADÊMICA II	72
7	GESTÃO SOCIAL	72
	NÚCLEOS TEMÁTICOS III	72
	OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL III	72
	ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	36
	PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROFISSÃO	72
SUPERVISÃO ACADÊMICA III	72	
8	CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS	72
	DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL	72
	NÚCLEOS TEMÁTICOS IV	72
	OFICINA DE TRABALHO PROFISSIONAL IV	72
	ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	36
SUPERVISÃO ACADÊMICA IV	72	

A partir do terceiro semestre, e que se dá sequência no quarto semestre, temos a disciplina de política social e serviço social I e II. O que chama atenção quando se diz sobre política social e que nos faz refletir, é se é discutida a temática da inclusão da pessoa surda em algum momento. Outras disciplinas voltadas para a atuação do assistente social em contextos emergentes e de exclusão apareçam na grade (tais como questão étnico racial no quinto semestre; gênero e diversidade sexual no sexto semestre; classes e movimentos sociais no oitavo semestre, por exemplo), mas não ficam explicitadas questões relacionadas ao atendimento de pessoas surdas no âmbito do serviço social com a oferta de uma disciplina de LIBRAS, por exemplo (com a discussão podendo aparecer, ainda, em uma disciplina específica relacionada à inclusão de pessoas com deficiência).

Como não tivemos acesso aos conteúdos explorados em cada uma das disciplinas ofertadas - uma vez que nosso recurso de busca contemplou apenas o que estava disponível no site da instituição - não é possível afirmar que LIBRAS ou questões relacionadas à surdez não possam ser discutidas e tematizadas em disciplinas como as de Núcleos Temáticos I, II, III e IV, por exemplo, mas nos chama a atenção o tema não ser explicitado na apresentação das disciplinas e do currículo da mesma forma como a atuação para questões étnico-raciais e de gênero, uma vez que “o currículo de um curso pode ser de fundamental importância para que o aluno venha a escolher um determinado curso” (SOUSA, 2021, p. 70).

A partir de nosso levantamento e análises e considerando a atuação do assistente social - que visa o atendimento e defesa de direitos de diferentes grupos e sujeitos, entre os a população surda - questionamos: como este trabalho é desempenhado por assistentes sociais que desconhecem as especificidades linguísticas das pessoas surdas? Da mesma forma que o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) garante os direitos básicos da comunidade surda como acesso à saúde e à educação, ele não exige a inclusão de disciplinas de LIBRAS em cursos que não sejam de licenciatura, e a partir da breve análise sobre o currículo, de que modo esses profissionais chegarão nesta população e suas demandas? Desta forma, se faz necessário uma revisão dos cursos de Serviço Social em suas propostas e grades curriculares com o intuito de discutir sobre este público e suas reivindicações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises aqui desenvolvidas, foi possível identificar que o curso de Serviço Social oferecido pela PUC-SP, aparentemente, não apresenta explicitamente discussões que se voltem para a formação de assistentes sociais e que possam atender as demandas de pessoas surdas no que se refere à sua diferença linguística.

Nesse sentido, a partir de um levantamento bibliográfico/documental e por meio da análise curricular do curso de serviço social, observamos que a proposta curricular da instituição analisada não aborda explicitamente disciplinas relacionadas à formação de assistentes sociais mais preparadas/os para atender as necessidades das pessoas surdas em suas especificidades linguísticas (principalmente), o que impacta, de modo mais amplo, em ações que promovam maior inclusão social deste público - embora a instituição tenha um histórico de atendimento multidisciplinar a pessoas surdas com o oferecimento de serviços pela Derdic tendo, inclusive, firmado convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), como consta no site institucional da Derdic.

Aqui, cumpre destacar que a grade curricular consultada e as análises desenvolvidas sobre os conteúdos formativos versaram sobre o que foi encontrado disponível no site da instituição, versando sobre a grade curricular oferecida para o ano letivo de 2020. É relevante esclarecer, ainda, que o curso acadêmico de serviço social da PUC-SP pode ainda ser debatido e mais profundamente explorado por pesquisadores/as que, posteriormente, possam se interessar pela temática, uma vez que a matriz do curso através de seu Plano Político Pedagógico pode possibilitar uma análise mais aprofundada das diretrizes do curso e dos impactos de formação de assistentes sociais nesse sentido.

Desse modo, pretendeu-se refletir se o currículo poderia futuramente ser discutido também na direção de atender as demandas das pessoas surdas, pensando

sobretudo, na abordagem/ensino da Língua Brasileira de Sinais, no percurso de formação do(a) profissional assistente social.

Assim, através das informações aqui apresentadas, levantamos questionamentos que podem possibilitar novos trabalhos, abarcando, inclusive, a análise documental de Projetos Políticos Pedagógicos de outras instituições de ensino superior que oferecem a formação de assistentes sociais: de que modo os assistentes sociais têm sido formados para o atendimento de pessoas surdas, com demandas específicas no que diz respeito à diferença linguística? As questões relacionadas à diferença linguística como um direito, além do atendimento das pessoas surdas que buscam os serviços do serviço social em suas múltiplas áreas de atendimento de bens e serviços, têm sido abordadas na formação desses profissionais? Como o trabalho de formação, nesse sentido, poderia ser pensado, discutido e viabilizado em parceria com instituições de referência de ensino de LIBRAS e de atendimento de pessoas surdas tais como a DERDIC, no caso específico da PUC-SP?

Reconhecemos, ainda, que a discussão poderia se aprofundar a partir de uma análise mais detalhada das ementas das disciplinas ofertadas ou do Plano Político Pedagógico do curso (como citado anteriormente), contudo, o pouco tempo para o desenvolvimento da pesquisa e também para acessar o material do curso fez com que apenas iniciássemos uma discussão que busca relacionar o campo da surdez e do ensino de LIBRAS durante a formação de assistentes sociais.

Temos expectativa de que o trabalho possa interessar ao campo de formação do Serviço Social, no sentido de garantir que o direito das pessoas surdas ao pleno acesso aos serviços da área sejam respeitadas e atendidas - ocorrendo por profissionais bilíngues ou, ao menos, com uma comunicação básica -, ou na discussão e na compreensão de como atuar em parceria e com serviços prestados por intérpretes de LIBRAS profissionais, os quais precisam estar presentes para acessibilizar os atendimentos aos surdos em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e demais espaços de atendimento do profissional assistente social ao público.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em 11.10.2022.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. *Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em 11.10.2022.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em 11.10.2022.

BRASIL. Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993. *Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm Acesso em 11.10.2022.

BRITO, Fábio Bezerra. O Movimento Surdo no Brasil: A Busca por Direitos. *Journal of Research in Special Education Needs*. V. 16, n. sl, p. 766-769, 2016. Disponível em: <https://nasenjournalsonlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12214> Acesso em 11.10.2022

CAMPELLO, Ana Regina. REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjtd3FLxpJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11.10.2022.

DA HORA, Mariana Marques ; OLIVEIRA, Ana Nicolle Conceição de. PESSOAS SURDAS, DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À JUSTIÇA. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22875/15341> Acesso em 11.10.2022.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: *REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 23, Caxambú: ANPED, 2000.

LESSA, Raiene Teixeira Cardoso; DA SILVA ANDRADE, Erci Gaspar. Libras e o atendimento ao cliente surdo no âmbito da saúde. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, v. 5, n. 2, p. 95-104, 2012. Disponível em:

<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/261> Acesso em 11.10.2022.

LIMA, Arlette Alves. *Serviço Social no Brasil: a ideologia de uma época*. São Paulo: Cortez, 1983.

MACIEL, Leandro Henrique. A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, 2018.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: Relações de poder e (re) criações do sujeito. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Unicamp. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190439> Acesso em 11.10.2022.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

NALESSO, Ana Patrícia Pires; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. Serviço social e política social no Brasil: uma relação necessária. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 17, n. 2, p. 278-291, 2018. Disponível em: [https://www.redalyc.org/journal/3215/321559289004/html/#:~:text=Conforme%20Netto%20\(1992\)%2C%20o.social%20e%20controlar%20as%20tensões](https://www.redalyc.org/journal/3215/321559289004/html/#:~:text=Conforme%20Netto%20(1992)%2C%20o.social%20e%20controlar%20as%20tensões) Acesso em 11.10.2022.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, p. 143-163, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/GhVdbyXB4rmF4qgcbQzhKxF/?lang=pt> Acesso em 11.10.2022.

REZENDE, Regiane Ferreira; GUERRA, Leonor Bezerra; CARVALHO, Sirley Alves da Silva. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. *Revista Cefac*, v. 23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/kZtDr6C98zW6PDQPCvnnJR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 11.10.2022.

SANTOS, Lara Ferreira dos. *Prática do intérprete de Libras no espaço educacional*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2020.

SANTOS, Sandra Nascimento dos; TELES, Silvia Batista; BEZERRA, Clara Angélica de Almeida Santos. A origem do serviço social, no mundo e no Brasil. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE*, v. 1, n. 3, p. 151-156, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/844/517/3595> Acesso em 11.10.2022.

SOUSA, Jucemara Aguiar. *A formação do intérprete tradutor surdo de língua de sinais: questões curriculares*. 74 Páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2021.

